

Quesnay e a fisiocracia: o desenvolvimento da teoria econômica no século XVIII

Flávio Mesquita Saraiva

Mestre em Economia pelo programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC - SP e professor do departamento de Economia da FEA - PUC/SP

Introdução

Este artigo tem o intuito de analisar o pensamento de François Quesnay e dos fisiocratas, reconstruindo o contexto histórico e os principais conceitos da teoria econômica presentes na obra de François Quesnay e seus seguidores. Destacam-se fundamentalmente, três aspectos fundamentais: a vinculação desta "Escola" com a doutrina liberal; a teoria fisiocrática do valor e seus desdobramentos e o funcionamento do Tableau Économique (Quadro Econômico), considerado aqui como um "modelo econômico" inovador, elaborado com elevado grau de abstração e que teve uma repercussão muito significativa na teoria econômica posterior, nos séculos XIX e XX. Aponta-se para uma discussão com respeito às diversas interpretações sobre o funcionamento e o significado do Quadro Econômico, incorporando neste tópico a apresentação de uma versão ampliada do Quadro (modelo elaborado por Ronald L. Meek) e discutindo-se seu significado.

Como fundamento para esta discussão, utiliza-se a teoria marxista do valor que é retomada como contraponto a uma teoria fisiocrática baseada na produção física.

Aspectos gerais e contexto histórico

Os fisiocratas podem ser definidos como um grupo de pensadores que destacaram-se no pensamento francês durante aproximadamente duas décadas (1756-1776). Foram conhecidos na sua época como Les économistes⁽¹⁾. Tendo à frente a figura de François Quesnay, que pode ser confundido com a própria "escola", seguido de outros importantes discípulos, tais como: Marquês de Mirabeau; Le Trosne; Dupont de Nemours, o abade de Baudeau, Mercier de La Riviere e Margrave de Baden.

Normalmente associa-se fisiocracia ao Tableau Économique (daqui para a frente designado como

Quadro Econômico ou apenas Quadro), que embora tenha sido uma contribuição teórica muito relevante não pode obscurecer outros relevantes pontos de vista deste importante grupo, tais como: a ordem natural; a doutrina da produtividade exclusiva da agricultura; conceito de riqueza; as funções da classe proprietária; as funções governamentais; a defesa de um comércio internacional sem regulamentações e outros.

Na verdade, pode-se concordar com Gide e Rist⁽²⁾ quando afirmam que a idade dos fundadores da ciência econômica começa com os fisiocratas e seus discípulos e ainda que, entre todas as ciências, a Economia é uma das que possuem data de nascimento nitidamente definidas.

Haney⁽³⁾ partilha da mesma opinião, acrescentando que os mercantilistas já haviam apresentado um avanço em termos de compreensão da problemática econômica, pois dispensaram uma atenção em separado às questões econômicas e os fisiocratas apresentaram, além desta última característica, um caráter de compreensão e autonomização marcantes. Na verdade, os fisiocratas formaram o primeiro sistema de economia política.

Pode-se afirmar com segurança que os fisiocratas marcam uma importante passagem no sentido da autonomização da Economia, enquanto ciência, embora esta última só vá alçar voo próprio após Adam Smith que, ao contrário dos fisiocratas que apresentaram uma obra esparsa no tempo, formulou uma obra sistemática sobre Economia.

Para compreender-se a abordagem fisiocrática na sua totalidade, faz-se necessário ter em vista o contexto histórico em que sua teoria foi formulada. Dentre estes aspectos históricos, vale ressaltar dois:

1. Do ponto de vista da política econômica, a fisiocracia marca uma reação ao processo desencadeado pelo colbertismo ou industrialismo, forma assumida pelo mercantilismo francês, comandado

pelo controlador geral das finanças de Luis XIV, Jean Baptiste Colbert, que predominou na França durante o período de 1661 à 1683 e teve continuidade nas gestões de outros ministros de Luis XIV e Luis XV.

A política econômica deste período foi voltada à busca incessante de superávits comerciais. Neste sentido, o protecionismo no comércio internacional, a regulamentação das atividades econômicas internas (sobretudo o incentivo ao desenvolvimento da produção de manufaturas reais) e o abandono relativo da agricultura, que é vista como um setor que proporciona poucos lucros no comércio internacional, são características marcantes desta época. Vale lembrar que o ministro Colbert procurou restringir o consumo de bens de luxo por parte da população, com a promulgação dos éditos suntuários, pois desta forma poderia-se aumentar a exportação de bens que atingiam ótimos preços no mercado internacional.

Segundo a concepção mercantilista, o acúmulo de moedas e metais preciosos causam o aumento da riqueza nacional⁽⁴⁾. Este conceito é semelhante a um conceito de riqueza individual.

2. A França já atravessava transformações agrícolas que iam no sentido de introduzir métodos capitalistas na agricultura.

A região norte da França neste período apresentava relações de assalariamento onde já aparecia a figura do arrendatário (*fermier*), enquanto a maioria das outras regiões (sobretudo o sul) apresentavam a exploração agrícola em pequena propriedade e com o predomínio de meeiros (*métayer*). Na região onde a produtividade agrícola era mais elevada, o emprego de cavalos era difundido, ao passo que nas outras regiões predominava a utilização de bois.

Quesnay abordou, num de seus escritos⁽⁵⁾, a superioridade do uso de cavalos em relação ao uso de bois na agricultura, pois com a utilização dos primeiros a produtividade agrícola crescia muito.

No que diz respeito a este texto, Quesnay mostra claramente que apenas 1/8 das terras francesas eram cultivadas sob regime de arrendamento em contraposição ao restante das terras que eram cultivadas por meeiros, conforme apontado anteriormente.

Apesar da característica anteriormente citada, Quesnay considerou para efeito de modelo econô-

mico (Quadro Econômico) um reino cultivado com os melhores métodos conhecidos, ou seja, pelo regime de arrendamento que inclui técnicas mais modernas de cultivo. A partir disto, nota-se o elevado grau de abstração presente na elaboração do Quadro, conforme se verá mais adiante.

O conceito de riqueza e a questão do trabalho produtivo e improdutivo

Aos fisiocratas, juntamente com Petty e Cantillon⁽⁶⁾ coube a introdução de um novo conceito de riqueza, diverso do mercantilista, que transferia para o campo da produção o poder de criar riquezas e o excedente com o objetivo de acumular. Este novo conceito de riqueza entrava em choque com a crença mercantilista de que a riqueza e seu aumento deviam-se ao superávit no balanço de comércio e ao acúmulo de metais preciosos. Segundo Quesnay, a riqueza de uma nação está diretamente relacionada ao volume de bens produzidos com o intuito de satisfazer necessidades humanas ou produzir novos bens.

É importante frisar que a formulação fisiocrática desloca definitivamente a análise da esfera da circulação para a esfera da produção, pois o lucro é visto como originário da produção agrícola, vale dizer, este setor é o único que apresenta condições de repor os dispêndios e gerar um rendimento extra.

Os fisiocratas distinguiram trabalho produtivo e improdutivo e classificaram a agricultura como único ramo produtivo da economia, sendo que esta classificação está presente em toda obra de Quesnay e seus seguidores. Para o leitor comum, este ponto de vista parece estranho, mas se atentarmos para o momento histórico de desenvolvimento da fisiocracia, esta abordagem pode ser compreendida de uma maneira mais clara.

De acordo com Denis⁽⁷⁾ pode-se destacar as seguintes razões como aquelas que conduziram Quesnay à consideração da agricultura como único setor produtivo:

1. Quesnay viveu numa época em que a indústria era praticamente artesanal e o lucro industrial era confundido com o rendimento do trabalho dos artesãos;

2. O fato de Quesnay ser inimigo do mercantilismo, levou-o a considerar a indústria e o comércio estéreis, pois este penúltimo setor recebeu amplo apoio na gestão de Colbert;

3. O fato de Quesnay ter-se enobrecido trabalhando como médico do rei (Luis XV), levou-o a adquirir uma propriedade rural em Nivernais, cujos cuidados influíram consideravelmente sobre seu pensamento;

4. Na época de Quesnay, o excedente econômico aparecia de uma maneira muito mais evidente na agricultura do que nas atividades artesanais. Excedente visto em termos de quantidade de valores de uso. Somente na agricultura ficava claro que o total de insumos utilizados era inferior ao produto produzido⁽⁸⁾. Nas palavras de um fisiocrata italiano, pode-se mostrar com perfeição este fato:

“Dê ao cozinheiro certa quantidade de ervilhas, a fim de prepará-las para o almoço; ele as porá na mesa bem cozidas e bem preparadas, mas na mesma quantidade que recebeu; em contrapartida, dê igual quantidade ao jardineiro, para plantá-las. Chegado o tempo, restituir-lhe-á ele pelo menos o quádruplo da quantidade recebida. Eis aí a verdadeira e única produção”⁽⁹⁾.

Na verdade, pode-se afirmar de acordo com Marx e Roll⁽¹⁰⁾ que os fisiocratas classificavam a agricultura como produtiva, pois somente nela a riqueza concreta de bens úteis era mais visível. Na verdade, estas opiniões complementam a visão de Henri Denis.

Em outras palavras, vale destacar que os fisiocratas, à exceção de Baudeau e Turgot, sempre assumiram a tese de que a indústria era organizada em bases artesanais e não manufatureiras⁽¹¹⁾. Esta classificação não significa uma distorção da realidade vivida pelos fisiocratas, uma vez que o desenvolvimento industrial da França naquela época ainda não havia⁽¹²⁾ revolucionado o processo de produção industrial, tal como ocorreria na Inglaterra durante a Revolução Industrial.

Como conclusão, a idéia que se deve reter é que os fisiocratas consideravam que apenas a agricultura era capaz de gerar excedente, enquanto a indústria nada acrescenta, apenas repõe os valores consumidos no processo de produção, inclusive a soma dos gastos necessários à manutenção dos fabricantes.

É de relevância significativa, considerar que em alguns escritos dos seguidores de François Quesnay, inclusive na segunda e terceira versões do Quadro Econômico considera-se como produtivas não só as atividades agrícolas, mas também a mineração

e a pesca. Alguns historiadores do pensamento econômico como Haney⁽¹³⁾, aceitaram a inclusão destes dois setores sem maiores problemas. Neste trabalho, em concordância com Kuntz⁽¹⁴⁾, preferimos buscar apoio na autoridade teórica de Quesnay que resolveu definitivamente esta dúvida na seguinte passagem:

“A classe produtiva é a que faz renascer as riquezas anuais da nação através do cultivo do território, a que faz os adiantamentos para os gastos nos trabalhos agrícolas, e a que paga anualmente os rendimentos dos proprietários das terras. Incluem-se no âmbito desta classe todos os trabalhos e todos os gastos por ela realizados até a primeira venda dos produtos; é por esta venda que se conhece o valor da reprodução anual das riquezas da nação”⁽¹⁵⁾.

A partir daqui surge uma polêmica que vale a pena destacar. É no que diz respeito à classificação do comércio e da indústria como estéreis ou improdutivos. Seria ou não uma “humilhação”, o fato de Quesnay classificar estas classes como estéreis? Na opinião de Gide e Rist⁽¹⁶⁾ a classificação feita por Quesnay não teve o objetivo de desprezar industriais e comerciantes, mas apenas ressaltar que a indústria nada adiciona, apenas repõe os valores consumidos no processo produtivo. Já Adam Smith⁽¹⁷⁾ tece uma crítica vigorosa contra os fisiocratas, afirmando que eles humilharam a classe dos artífices, manufatores e comerciantes. Sua argumentação é simples e bastante objetiva. Ele afirma que a classe dos manufatores apesar de “apenas” transformar os materiais consumidos não deixa de produzir algo, ao contrário de outras classes sociais (na opinião de Smith, erroneamente equiparadas aos manufatores) que só gastam, como os criados domésticos e o exército. As palavras do próprio Smith sintetizam bem suas posições:

“Entretanto, o erro capital deste sistema parece residir no fato de ele apresentar a classe dos artífices, manufatores e comerciantes como totalmente estéril e improdutivo”⁽¹⁸⁾.

Atentando-se para outro aspecto, além desta discussão, deve-se considerar que a importância dos fisiocratas reside no fato de terem sido os primeiros a situar o aparecimento do produto líquido dentro do processo produtivo. O próprio Marx destacou com aprovação, o fato dos fisio-

cratas terem deslocado a pesquisa sobre as origens da mais-valia, da esfera da circulação para a esfera da produção imediata, lançando assim, os fundamentos da análise da produção capitalista ().

Ainda tendo por base Marx, pode-se dizer que os fisiocratas identificaram corretamente a origem da mais-valia na produção, equivocaram-se porém, ao atribuir a origem da mais-valia à natureza e à terra, contribuindo assim, para mistificar a origem do excedente().

De acordo com o sistema concebido pelos fisiocratas, percebe-se claramente o funcionamento da economia capitalista. A partir da criação do excedente material na agricultura, todas as outras atividades serão movimentadas. Isto será melhor percebido quando apresentarmos o funcionamento do Quadro Econômico (ver adiante).

Questões referentes a valor e preço na visão fisiocrática

Conforme apontamentos elaborados no item anterior, percebe-se claramente que os fisiocratas não apresentaram uma teoria do valor no sentido que esta adquiriu em David Ricardo e Karl Marx. Na verdade, Quesnay só consegue visualizar a multiplicação física dos valores de uso, razão pela qual, enxerga os aumentos de produção e produtividade exclusivamente na agricultura.

No texto "Homens"() Quesnay aborda a questão dos valores e dos preços, apresentando alguns conceitos que posteriormente irão difundir-se, embora de maneira modificada, por toda economia política do século XIX.

Quesnay classifica como riquezas venais ou comerciáveis, aquelas que os possuidores podem vender e que são procuradas pelos compradores; a moeda é denominada de riqueza pecuniária; o preço significa o valor venal das riquezas comercializáveis e a denominação bens é utilizada para caracterizar aqueles elementos que não constituem riquezas venais tais como o ar, a água e todos os bens que são encontrados em tal abundância, que não estão sujeitos à comercialização.

Quesnay apresenta uma nítida distinção entre valor venal (valor-de-troca) e valor -de-uso, afirmando que o segundo não é determinante do primeiro. Na verdade, a distinção entre os produtos alimentares e o diamante, feita pelo autor guarda uma semelhança muito grande com o paradoxo smi-

thiano da água e do diamante.

"O diamante, a menos útil das riquezas comerciáveis, tem quase sempre um valor venal que ultrapassa de muito o das riquezas alimentares. De fato, excetuada uma escassez extraordinária de riquezas alimentares o valor do diamante sempre excede de muito o destas"().

A moeda é considerada por Quesnay como um simples meio de troca e nunca como uma reserva de valor ou representante da riqueza de uma nação. O fato de Quesnay fazer esta consideração sobre a moeda, mostra mais uma vez sua preocupação em criticar o mercantilismo, pois esta doutrina, conforme apontado anteriormente, julgava que o acúmulo de moeda significava o acúmulo de riqueza de uma nação.

O volume de dinheiro de uma nação é inteiramente regulado pela reprodução anual impulsionada pela agricultura. Se as despesas direcionam-se corretamente (ver adiante) para as atividades agrícolas, a reprodução anual sofrerá um acréscimo que irá ocasionar um crescimento no volume de dinheiro em circulação.

A passagem seguinte de Quesnay ilustra bem este fato:

"O volume de dinheiro duma nação não pode crescer senão na medida em que essa reprodução crescer; doutro modo, o acréscimo do volume de dinheiro só pode obter-se em detrimento da reprodução anual das riquezas. Ora, o decréscimo desta reprodução acarretaria necessariamente, e em breve, a diminuição do volume de moeda e o empobrecimento da nação; ao passo que o volume de moeda pode decrescer numa nação sem que diminuam as riquezas porque, quando se é rico e se dispõe dum comércio livre e fácil, pode substituir-se o dinheiro de muitas maneiras; mas nada pode suprir, sem prejuízo, a falta de reprodução anual das riquezas próprias para o bem estar dos homens"().

Quesnay desenvolveu ainda, os conceitos de preço fundamental, que é estabelecido pelas despesas necessárias à realização de um determinado produto. Este conceito guarda alguma similaridade com o conceito de preço natural de Adam Smith. Apresentou também, o importante conceito de bom preço (*bon prix*) que é aquele suficiente para

cobrir o preço fundamental e permitir ao agricultor manter-se no seu ramo de produção. Embora Quesnay tenha chegado a esta constatação, não desenvolveu uma explicação satisfatória de como se formava o bom preço

Os dois conceitos devem ser entendidos dentro de uma abordagem mais ampla do liberalismo econômico de Quesnay. Somente através da não regulamentação é que a economia se ajustaria livremente e as mercadorias seriam vendidas por bons preços que incentivariam a ampliação da produção por parte dos agricultores, o que teria a consequência de aumentar a prosperidade da nação. A partir disto, pode-se entender a seguinte afirmação de Quesnay:

“É pela abundância e pela constante carestia dos gêneros comerciáveis de uma nação que devemos julgar sua prosperidade e opulência” ()

Antes de prosseguirmos na análise é de fundamental importância, o entendimento do conceito de “ordem natural” que cumpre, no sistema fisiocrático, um papel semelhante à mão invisível de Adam Smith.

A Ordem Natural

Todo desenvolvimento da teoria fisiocrática está norteado numa pretensa ordem natural de inspiração divina. Esta ordem natural significa que as sociedades são regidas por leis naturais; as mesmas que governam o mundo físico, o reino animal e vegetal ou a vida no interior de um organismo. Há que se ter em mente que Quesnay era médico e admirador da complexa forma de funcionamento do corpo humano, basicamente do aparelho circulatório, descrito no século anterior pelo médico anatomista e fisiologista inglês William Harvey (1578-1657). Desta forma, transferiu essa admiração pelo funcionamento natural do organismo humano, para a economia.

Esta ordem natural não conhece fronteiras nacionais, constituindo-se basicamente numa concepção naturalista de sociedade, onde os fenômenos econômicos são governados por leis análogas às leis físicas e estas leis possuem caráter universal em todos os tempos e lugares, cabendo ao ser humano respeitá-las na sua organização social.

Muitas vezes, a sociedade poderia estar desviada de sua ordem natural por um governo que impõe

regras que a tornam uma sociedade arbitrária. a partir deste ponto, deve buscar-se o fundamento da defesa do livre comércio e a crítica ao excesso de regulamentações, tão comum aos textos fisiocráticos.

Um exemplo de sociedade onde as leis desviam-se da ordem natural, encontra-se na seguinte passagem:

“Frequentemente, o direito legítimo restringe o direito natural, porque as leis dos homens não são tão perfeitas quanto as leis do Autor da natureza e porque as leis humanas são, por vezes, surpreendidas por motivos de justiça nem sempre reconhecida pela razão esclarecida - o que obriga, depois, a sabedoria dos legisladores a ab-rogar as leis que eles mesmos fizeram. A infinidade de leis contraditórias e absurdas estabelecidas sucessivamente nas nações prova, manifestamente, que as leis positivas estão sujeitas a afastar-se muitas vezes das regras imutáveis da justiça e da ordem natural mais vantajosa à sociedade”().

Neste sentido, o desenvolvimento da doutrina da ordem natural respaldou a aversão dos fisiocratas ao excesso de regulamentações mercantilistas que na sua opinião, prejudicavam a produção. Nunca se pode perder de vista a máxima fisiocrática: “laissez-faire, laissez passer”(). Este paradigma, que posteriormente foi incorporado em definitivo ao discurso dos economistas liberais, sintetiza a idéia de que as ações individuais (que não devem ser bloqueadas pelo poder governamental) podem ser executadas livremente e desta forma promover o bem geral.

O respeito do governo e dos indivíduos para com a ordem natural permitirá que a sociedade prospere sem problemas e assim consiga, pelo desenvolvimento da agricultura organizada em bases capitalistas e por uma organização livre do restante da atividade econômica, atingir um funcionamento harmonioso da sociedade como um todo. Em outras palavras, a difusão da economia mercantil funciona no sentido de afirmar a ordem natural.

É importante frisar que a ordem natural constitui uma força que rege as atividades humanas independentemente da vontade dos próprios indivíduos. Neste sentido constitui um paradigma pré-estabelecido que seria o ideal a ser alcançado. Por este motivo, Napoleoni() mostra que o discurso

fisiocrático não se limita apenas a descrever uma dada situação, mas julgar a sociedade frente a um paradigma.

Nota-se também na questão da ordem natural, uma noção de caráter naturalista e outra de caráter providencial, sendo difícil, a partir dos escritos fisiocráticos, separar estas duas partes. A partir disto, percebe-se a influência de Malebranche () sobre Quesnay em vários de seus trabalhos, mas sobretudo no artigo "Evidência"().

Ainda é importante lembrar que a despeito do seu liberalismo econômico, os fisiocratas sempre foram defensores da monarquia absolutista. Tudo indica que foram simpatizantes da figura de um rei reformador ou de um despotismo "legal", baseado na ordem natural, em contraposição a um despotismo arbitrário existente na época.

O fato da análise de Quesnay e seus seguidores ser norteadada pela ordem natural confere um caráter idealista às suas formulações. Daqui pode-se perceber um importante ponto de distanciamento com relação à análise marxiana, onde o caráter materialista-histórico encontra-se sempre presente. Enquanto na análise de Quesnay, a sociedade capitalista é um ideal a ser alcançado e não modificado, na análise de Marx, esta mesma sociedade faz parte de um período histórico determinado e passível de modificação.

Por fim, cabe uma citação de Marx, que demonstra com muita clareza a diferença entre seu sistema de economia política e o fisiocrático, bem como também, as diferentes concepções de sociedade.

"A análise do capital, dentro do horizonte burguês coube essencialmente aos fisiocratas. Essa contribuição faz deles os verdadeiros pais da economia moderna. Primeiro, analisaram os diversos elementos materiais em que tem existência ou se decompõe o capital durante o processo de trabalho. Não se pode censurar os fisiocratas por terem, como todos os seus sucessores, considerado como capital estes modos materiais de existência, instrumentos, matérias-primas, etc., separados das condições sociais em que aparecem na produção capitalista, ou seja, na forma em que genericamente são elementos do processo de trabalho, dissociado da forma social, erigindo assim o modo capitalista de produção, em modo eterno e natural de produção. Para eles é imperativo que as formas

burguesas de produção configurem formas naturais. Tiveram eles o grande mérito de considerá-las formas fisiológicas da sociedade: formas oriundas da necessidade natural da própria produção, independentes da vontade, da política, etc. São leis materiais; o erro estava apenas em ver na lei material de determinado estágio histórico, uma lei abstrata que rege por igual todas as formas sociais"().

A função social dos proprietários de terra, o papel do Estado na economia e a teoria do imposto único

Dentro da visão fisiocrática da sociedade, cabe destacar um aspecto de primordial importância, qual seja, a "função social" dos proprietários de terras. A estes é reservado um lugar de destaque, pois os fisiocratas consideravam-nos como fundamento da ordem natural e ainda, o direito de propriedade como uma instituição divina. Sendo ainda que os adiantamentos fundiários (despesas realizadas pelos proprietários de terras, com o intuito de prepará-las para o cultivo) caberiam aos proprietários de terras, pois estes são responsáveis pela administração e reparação do seu patrimônio.

As outras funções dos proprietários consistem em pagar a totalidade dos impostos (que devem ser proporcionais ao rendimento dos proprietários), proteger os seus agricultores e nunca exigir o pagamento de uma renda que supere o produto líquido produzido na agricultura. Caso este último fato ocorresse, haveria uma distorção da harmoniosa forma de funcionamento da sociedade.

Dentro desta função dos proprietários de terras, encaixa-se a teoria do imposto único, que consiste na defesa fisiocrática de que somente a classe que retém o produto líquido deveria pagar o imposto. Se isto não ocorresse, o funcionamento natural da economia ficaria comprometido, de tal sorte que, em caso de tributação sobre a classe estéril ou sobre os agricultores, o efeito seria a diminuição da geração de riquezas e posteriormente, redução da própria receita de impostos.

Nas palavras de Quesnay, têm-se:

"Os proprietários, o soberano e toda a nação tem grande interesse em que o total de imposto seja lançado diretamente sobre o rendimento das terras; porque qualquer outra forma de tributação seria contrária à ordem natural, seria prejudicial à reprodução e ao imposto e faria com que o imposto recaísse sobre si mesmo. Tudo neste mundo,

está sujeito às leis da natureza. Os homens são dotados de inteligência necessária para as conhecer e observar, mas a multiplicidade dos objetos exige que eles sejam agrupados em grandes classes que constituem o fundamento duma ciência evidente e muito vasta cujo estudo é indispensável para evitar erros na prática”()

Dois pontos ainda eram ressaltados pelos fisiocratas como vantagens advindas do imposto único: a simplicidade do sistema fiscal que seria menos oneroso para o Estado e estimularia o crescimento da riqueza, o que, em última instância reverteria em aumento de impostos; o Estado se adaptaria às necessidades e aos recursos do país, fazendo que o imposto também passasse a ser regulado pela própria natureza⁽¹⁶⁾.

À guisa de ilustração, cabe mencionar que um imposto único significava uma reforma sem precedentes na França daquele período. Em sua Teoria do imposto escrita em 1760, Victor Riqueti (Marquês de Mirabeau) atacou os agricultores coletores de impostos, acusando-os de parasitas. Isto ocasionou a ira dos financistas e da nobreza que persuadiram Luis XV a encarcerá-lo por um breve período. Daqui percebe-se que alguns aspectos de caráter liberal do pensamento fisiocrático confrontavam com a organização social francesa. Na questão da tributação, isto é evidente, pois naquela época os proprietários de terras basicamente não pagavam impostos.

O papel do Estado na economia vai no sentido de respeitar e promover a difusão da ordem natural. Neste sentido, a legislação jamais deve obstaculizar o cumprimento desta ordem e ainda punir aqueles que a desrespeitarem.

Uma das funções mais importantes do “soberano” é defender a ordem natural e seu principal alicerce, a propriedade, sob todas as formas:

“Que a propriedade dos bens territoriais e das riquezas mobiliárias, seja assegurada a seus legítimos possuidores, porque a segurança da propriedade é o fundamento essencial da ordem econômica da sociedade”⁽¹⁷⁾.

A difusão da instrução e particularmente da ordem natural deve ser incentivada pelo Estado.

Os trabalhos públicos, sobretudo na criação e manutenção de uma infraestrutura de estradas e

pontes, são denominados de avanços dos soberanos (ver adiante) e constituem um aspecto fundamental da atuação do Estado.

Por fim, cabe destacar que estes pontos de vista, embora estabeleçam importantes domínios de atuação governamental, são essencialmente liberais e contrários à regulamentação estatal.

Deve-se levar em conta a ligação existente entre ordem natural, defesa da liberdade comercial nacional e internacional, a teoria do imposto único e o papel do Estado. Uma vez que atenta-se à íntima ligação entre estas três variáveis, nada melhor do que expor o funcionamento do Quadro Econômico que na verdade é uma tentativa “econométrica” pioneira ⁽¹⁸⁾ e com elevado grau de abstração, de demonstrar-se a circulação intra e inter-classes (em termos físicos e monetários) da riqueza criada nas atividades agrícolas e que espalham-se por toda a sociedade

O Quadro Econômico

Considerado como a principal contribuição de Quesnay à teoria econômica, o Tableau foi publicado originalmente em três edições: 1758, 1759 e finalmente a de 1766, considerada por muitos comentadores como a melhor explicação do Quadro feita pelo próprio Quesnay.

Desde seu surgimento, formularam-se diversas interpretações que multiplicam-se até hoje. O Marquês de Mirabeau considerou-o uma das três maiores descobertas da humanidade, após a escrita e a moeda⁽¹⁹⁾. Um importante intérprete como Eugene Daire⁽²⁰⁾, considerou o Quadro como inútil e culpado por ter envolvido as idéias fisiocráticas na obscuridade mais profunda ⁽²¹⁾.

As interpretações sobre o Quadro, conforme se verá adiante, estão até hoje, longe de ser unânimes. Mas antes de nos determos nas interpretações é necessário compreender-se a operacionalização do Quadro Econômico.

O funcionamento do Quadro Econômico

Ao voltarmos nossa análise para o Quadro Econômico, não podemos esquecer a ausência de uma verdadeira teoria fisiocrática do valor, conforme descrito anteriormente. Este aspecto é de fundamental importância, pois evidencia que se comparamos dois grandes sistemas de interdependência econômica presentes na Economia Política dos Séculos XVIII e XIX, o Quadro Econômico de Ques-

nay e os Esquemas de Reprodução Marxianos, notaremos que estas abordagens partem de pontos de partida completamente distintos. No primeiro inexistente a categoria valor enquanto fundamento da análise, ao passo que no segundo, uma teoria do valor constitui-se no principal fundamento da análise subsequente.

Para a explicação da operacionalização do Quadro Econômico será utilizada aquela que é considerada a melhor versão explicativa do Quadro feita pelo próprio Quesnay, a saber, a Análise da fórmula aritmética do Quadro Econômico, de 1766⁽²²⁾.

Quesnay inicia sua análise enfatizando a pretensão produtividade exclusiva da agricultura e apresenta no Quadro, a sociedade dividida em três classes sociais: a classe produtiva constituída por pessoas que trabalham diretamente na agricultura (empregados e empregadores); a classe proprietária, constituída pelos proprietários de terras, pelo soberano e pelo clero; por fim a classe estéril, constituída por artesãos, comerciantes e serviçais, por fim, todas as atividades não ligadas à agricultura.

A classe produtiva possui um número de pessoas que equivale ao dobro da classe estéril. Este equilíbrio mantém-se de ano para ano e constitui condição fundamental para o funcionamento do Quadro.

Além disso, Quesnay apresenta uma série de pressupostos que podem ser divididos em dois subgrupos⁽²³⁾:

Pressupostos técnicos:

Suposição de um vasto reino que apresenta um território cultivado com os melhores métodos de produção, ou seja, a organização capitalista da agricultura estende-se por todo o reino (trata-se de uma suposição, pois a agricultura da França neste período está longe de ser uniformemente organizada nos moldes capitalistas) ⁽²⁴⁾;

O valor da reprodução monta a cinco bi-

lhões e repete-se anualmente sem acréscimos. Este ponto é uma consequência do anterior, pois se os métodos de produção são os mais avançados, não há necessidade de sua renovação. O excedente produzido na agricultura já encontra-se incorporado a este montante.

Pressupostos institucionais:

A manutenção do montante do item anterior é assegurada por "preços constantes que tem curso entre as nações comerciais";

Livre concorrência absoluta no comércio, embora o Quadro pressuponha uma economia fechada, ou seja, que não mantenha relações de comércio exterior;

Segurança da propriedade do capital agrícola.

Mesmo entre estes pressupostos, Quesnay afirma que:

"A marcha deste comércio entre as diferentes classes e as suas condições essenciais não são, de modo algum, hipotéticas. Quem quer que se disponha a refletir verá que elas são fielmente copiadas da natureza: mas os dados de que nos servimos, e disso já prevenimos o leitor, só são aplicáveis ao caso de que se trata aqui"⁽²⁵⁾.

O Quadro, esquematicamente é apresentado como segue:

Quadro 1

Operacionalmente, pode-se distinguir o seguinte percurso:

1. Os agricultores (considerados a única classe produtiva da sociedade) utilizam 2 bilhões em matérias-primas e 1 bilhão em depreciação do capital fixo (o montante deste capital atinge 10 bilhões e sua depreciação monta a 1 bilhão por ano, embora somente esta última parcela apareça no Quadro) para produzirem 5 bilhões ao longo de 1 ano.

Estes cinco bilhões que podem ser denominados a reprodução total do setor agrícola, serão gastos da seguinte forma, 2 bilhões serão pagos a título de renda para os proprietários de terra, 1 bilhão será pago na compra de produtos manufaturados da classe estéril (depreciação do capital fixo) e dois bilhões serão gastos dentro do próprio setor agrícola através dos adiantamentos para o ano seguinte (repetição da compra de alimentos e matérias-primas).

Percebe-se claramente o caráter produtivo (no sentido fisiocrático) da agricultura, pois combinando força de trabalho; matérias-primas; energias da terra e instrumentos de produção (numa linguagem marxiana, meios de produção e força de trabalho), consegue gerar uma multiplicação de valores-de uso, que aos olhos de Quesnay e seus seguidores configura-se como prova definitiva de sua tese da produtividade exclusiva da agricultura.

Outro ponto bastante relevante é o fato de se perceber claramente que a movimentação da economia depende totalmente do desenvolvimento das atividades agrícolas. Sem estas atividades, não existe produto excedente, não existem compras de produtos manufaturados, bem como pagamento de renda aos proprietários de terra e arrecadação de impostos.

A linha referente à compra de bens manufaturados pela classe produtiva é denominada pelo próprio Quesnay de juros dos adiantamentos anuais e devem estar compreendidos em suas receitas anuais. Na verdade, estes recursos tem uma dupla finalidade, a saber, reparações do capital fixo e/ou constituição de um fundo de reserva com o intuito de se prevenir contra possíveis acidentes naturais que possam prejudicar a agricultura.

2. A classe dos proprietários de terras arrenda suas terras aos agricultores e recebe por isto, 2

bilhões a título de renda. Este dinheiro será gasto igualmente em compras à classe produtiva e estéril, dando desta forma, continuidade ao processo de circulação de riquezas criadas na agricultura.

3. A classe estéril cumpre o papel de transformar matérias-primas em produtos manufaturados. Esta transformação visa atender necessidades de consumo por parte dos proprietários de terra e o suprimento do capital fixo para a classe dos agricultores.

Os manufatores iniciam o percurso do Quadro com 1 bilhão em dinheiro, com este montante compram matérias-primas dos agricultores, transformando-as em bens manufaturados e as vendem para os proprietários de terras que receberam renda, conforme descrito no primeiro item.

De posse de 1 bilhão em dinheiro, os manufatores gastam novamente este montante na compra de bens agrícolas que servirão para alimentar esta classe, ou seja, servirão de adiantamento para a produção do ano seguinte.

O bilhão de numerário que restou é referente ao pagamento feito pelos agricultores sob a forma de reparação do capital fixo. Este bilhão servirá para a repetição do processo no ano seguinte.

Após esta apresentação, vale ressaltar que Quesnay não deixa claro que a produção agrícola resulta da "combinação" anteriormente citada (meios de produção e força de trabalho ou capital fixo+capital circulante+capital variável).

Outro ponto fundamental a destacar é que Quesnay (pelo menos nesta versão do Quadro) não especifica a quantidade de dinheiro necessária para pô-lo em movimento, embora sua leitura indique que sejam necessários 3 bilhões em moeda, ou seja, uma quantidade de moeda 50% maior do que o produto líquido. Nas palavras de Quesnay, tem-se:

"Pode-se supor esta quantia em dinheiro maior ou menor na sua totalidade e a sua circulação mais ou menos rápida, porque a rapidez da circulação do dinheiro pode suprir em grande parte ao volume total de moeda. Por exemplo, num ano em que, sem que tivesse havido diminuição na reprodução, houvesse um grande aumento dos preços dos produtos, ocasionado por facilidades concedidas ao comércio, ou por qualquer outra razão, não seria necessário um aumento da massa pecuniária para o pagamento das compras destes

produtos. Contudo, chegariam às mãos dos compradores e dos vendedores maiores quantias em dinheiro que fariam crer à maioria que o volume de moeda tinha aumentado muito no reino. Assim, esta aparência que eles tomam por realidade, torna-se muito misteriosa para o vulgo⁽²⁶⁾.

Esta questão do estoque de moeda recebeu interpretações diferenciadas ao longo da história⁽²⁷⁾, pois nem sempre Quesnay passou a idéia de que o estoque de moeda era de 3 bilhões, ou 50% maior do que o produto líquido. Para efeito deste artigo, não há necessidade de uma exaustiva discussão sobre o verdadeiro estoque de moeda.

As categorias de adiantamentos

No reino analisado por Quesnay, identificam-se três categorias de adiantamentos que são atribuições de diferentes classes sociais. Pode-se enumerá-las da seguinte forma:

Adiantamentos anuais: consistem nas despesas realizadas em todo período de produção para os trabalhos da agricultura e consistem basicamente em compras de matérias-primas e alimentos que acabam circulando dentro do próprio setor agrícola. Seu montante é de 2 bilhões.

A classe estéril também realiza adiantamentos anuais, porém, dada a sua esterilidade, seu papel limita-se a transformar as matérias-primas em produtos manufaturados.

Adiantamentos primitivos: consistem em recursos desembolsados pelos agricultores para formação de seu capital fixo (gado e instrumentos de produção). De acordo com Quesnay, estes adiantamentos montam a 10 bilhões e são amortizáveis a uma taxa de 1 bilhão por ano (exatamente a linha que sai da classe produtiva para a classe estéril).

Adiantamentos fundiários: consistem naqueles adiantamentos que se destinam a preparar a terra para a cultura e que foram realizados

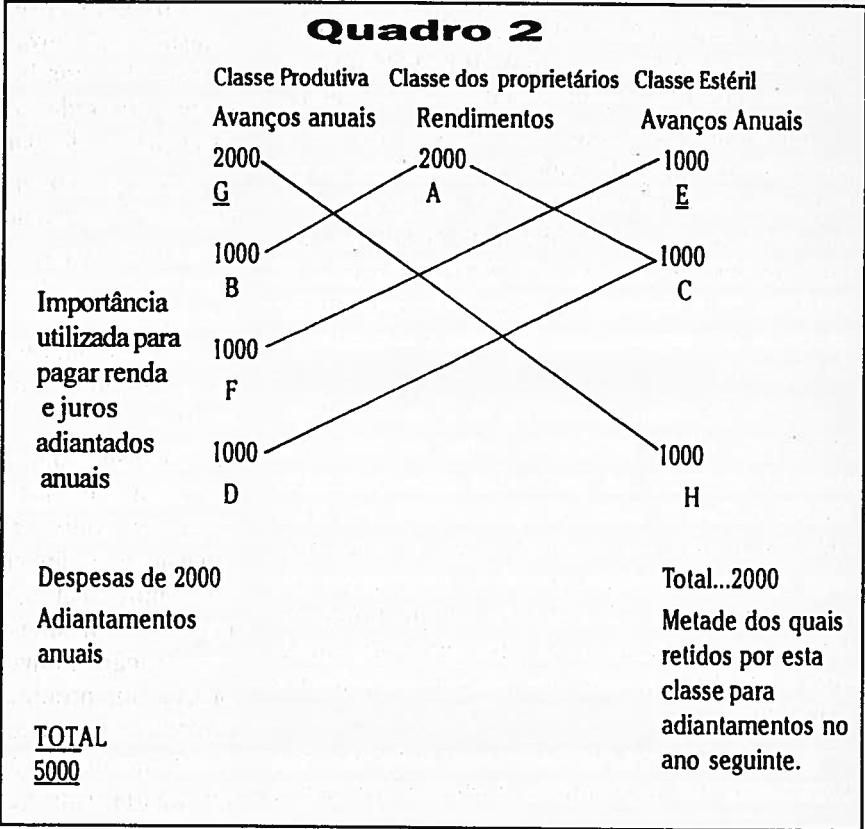
previamente pelos proprietários de terras. Mostrando que estes últimos e seus antepassados não são meramente uma classe parasita, mas efetuam estas despesas previamente, pois os montantes destes adiantamentos não aparecem no Quadro.

Estará neste ponto, uma justificativa para o pagamento de renda aos proprietários de terras, conforme assinalado anteriormente.

É importante frisar que a forma de despesas dos proprietários de terras (lançada no Quadro) só ocorre porque todos os adiantamentos fundiários já foram devidamente realizados, ou seja, o território já está totalmente cultivado e melhorado e o patrimônio agrícola devidamente preservado.

Adiantamentos soberanos: são as obras proporcionadas pelo Estado, tais como, estradas, pontes e outras obras de infraestrutura econômica. Estes adiantamentos constituem uma das principais funções dos soberanos, tal como assinalado por Quesnay e constituem um pressuposto para o funcionamento do Quadro.

8. Uma versão ampliada do Quadro Econômico de Quesnay: o Quadro Econômico na visão de Ronald L. Meek.



Ronald L. Meek no seu clássico estudo "The economics of physiocracy"⁽²⁸⁾ apresenta o diagrama da "Análise da Fórmula Aritmética do Quadro Econômico" como foi visto na página anterior:

Onde:

AB: representa a compra de 1000 em alimentos pelos proprietários.

AC: representa a compra de 1000 em produtos manufaturados efetuada pelos proprietários.

EF: representa a compra de 1000 em matérias-primas efetuada pela classe estéril.

CD: representa a compra de alimentos realizada pela classe estéril.

GH: representa a compra de 1000 em produtos manufaturados efetuada pela classe produtiva.

B+F+D= representa as receitas da classe produtiva obtida pelas vendas aos proprietários e à classe estéril.

C+H= representa a receita da classe estéril obtida com as vendas aos proprietários e à classe produtiva.

O total de receitas da classe produtiva é suficiente para pagar a renda, repor os adiantamentos anuais e a parcela dos adiantamentos primitivos, enquanto o total de receitas da classe estéril é suficiente para pagar seus custos de produção.

A partir daqui, Meek mostra problemas relativos ao Quadro que, caso sejam resolvidos, permitiriam uma explicação melhor sobre o processo de circulação na economia como um todo.

Um problema fundamental do Quadro é o seguinte: onde a classe estéril obtém seus próprios bens manufaturados? Segundo Meek, alguns autores como Baudeau, Marx e Beer⁽²⁹⁾ sugeriram que a classe estéril vende seus bens a um preço superior ao volume material utilizado na produção, pois desta forma obteriam mais do que os dois bilhões que aparecem no Quadro. Outras interpretações vão no sentido de admitir o surgimento de um produto líquido nas atividades manufatureiras. Em seguida, o autor mostra com clareza que nenhuma das duas interpretações é satisfatória, pois a primeira contraria o pressuposto da livre concorrência do Quadro, enquanto a segunda viola a doutrina da produtividade exclusiva da

agricultura.

A solução proposta por Meek vai no sentido de incorporar o setor externo no modelo do Quadro Econômico (que originalmente considera uma economia sem transações externas) e mostrar como a classe estéril destaca-se nestas atividades

Neste trabalho, adota-se a interpretação de que esta parece ser a maneira mais coerente de sanar esta lacuna do Quadro Econômico.

O número de pessoas da classe estéril é metade do número de pessoas que compõe a classe produtiva (este dado é apresentado pelo próprio Quesnay) e o consumo pessoal da primeira é metade do consumo pessoal da segunda. Enquanto a classe estéril consome 500 em alimentos e 500 em bens manufaturados, a classe produtiva consome 1000 em alimentos e 1000 em produtos manufaturados.

O modelo apresentado por Meek é diferente do usual, pois incorpora novas características que permitirão visualizar completamente o processo circulatório na economia. As modificações são as que seguem:

1.) A reprodução anual é de 6000 e no início do processo circulatório, este montante da classe preodutiva decompõe-se da seguinte forma: 1000 de juros de adiantamentos primitivos; 1000 de matérias-primas para venda à classe estéril; 500 em alimentos e 500 em produtos para exportação e para a venda à classe estéril; 1000 em alimentos para venda aos proprietários; 1000 para consumo da própria classe produtiva e 1000 de forragem para cavalos⁽³⁰⁾.

2.) Os 1000 em gastos de alimentos por parte da classe estéril, dividem-se em 500 para consumo pessoal e 500 (alimentos ou outros produtos) com os quais a classe estéril troca por bens manufaturados do exterior.

3.) O autor assume que o estoque de moeda é de 2000 e que metade deste montante encontra-se inicialmente nas mãos da classe estéril e a outra metade nas mãos da classe produtiva.

O pressuposto de um estoque monetário de 2000 é justificado, tomando-se por base, textos de Quesnay e Mirabeau. Segundo Meek, caso assumasse a hipótese de 3000 em moeda (como alguns comentadores fizeram) desvirtua-se o mecanismo do Tableau, pois perde-se de vista uma explicação

coerente para o início do processo. A pergunta que se faz é a seguinte: onde efetivamente inicia-se o processo de transações se inicialmente a classe produtiva paga o rendimento aos proprietários de terra (³¹)?

No início, o conteúdo material das três classes é o esquematizado no quadro 3:

Quadro 3		
1. Classe Produtiva	Classe dos Proprietários	Classe estéril
1000 em moeda	Exigem 2000 de renda	1000 em moeda
1000 de juros dos adiantamentos primitivos		
1000 em matérias primas (para a classe estéril)		
500 em alimentos e 500 em produtos para exportação (para a classe estéril).		
1000 em alimentos (para os proprietários)		
1000 em alimentos para a classe produtiva		
1000 em forragens (para cavalos)		

ril adquire 1000 em matérias-primas da classe produtiva, deste modo, a classe produtiva passa a dispor de 2000 em dinheiro que em seguida paga à classe proprietária sob a forma de renda. Neste momento, o conteúdo material das três classes é o esquematizado no quadro 4:

Na etapa seguinte, a classe estéril transforma seus 1000 em matérias-primas em 2000 de produtos manufaturados (ver adiante). Tal fato ocorre, não por considerar-se esta classe produtiva, mas simplesmente por acrescentarmos a remuneração dos artífices ao valor gasto em matérias-primas. Todas estas etapas consideradas até o momento são consideradas por Meek de pré-requisitos para as principais trocas inter-setoriais. Estas últimas, iniciam-se no momento em que a classe proprietária gasta sua renda na compra de 1000 em produtos manufaturados e 1000 em produtos agrícolas (alimentos).

No passo seguinte, a classe estéril adquire 500 em alimentos e 500 em produtos para exportação da classe produtiva. Agora a classe produtiva troca os 500 em produtos primários para exportação com 500 em bens manufaturados de origem estrangeira. O Quadro 5 fica da seguinte forma:

Quadro 4		
2. Classe Produtiva	Classe dos Proprietários	Classe estéril
1000 em juros dos adiantamentos primitivos	2000 em rendimento.	1000 em matérias primas
500 em alimentos e 500 em produtos para exportação (para a classe estéril).		
1000 em alimentos (para os proprietários)		
1000 em alimentos para a classe produtiva		
1000 em forragens (para cavalos)		

3. Classe Produtiva	Classe dos Proprietários	Classe estéril
2000 em moeda	1000 em alimentos	500 em bens manufaturados
1000 em juros dos manufaturados	1000 em bens manufaturados.	500 em alimentos
Adiantamentos primitivos		
1000 em alimentos (para a classe produtiva)		
1000 em forragens para cavalos		

Quadro 5

Resolve-se, desta forma, o problema da origem dos instrumentos de produção da classe estéril. Esta última troca esta quantidade de alimentos por instrumentos de trabalho utilizados na produção.

A partir daqui, a atividade produtiva inicia-se pela classe produtiva. O autor considera útil dividir a

Pode-se distinguir o seguinte percurso circulatório: a transação inicial ocorre quando a classe esté-

classe produtiva em empreendedores e assalariados. Os empreendedores contratam os assalariados e pagam seus salários anuais de 2000, metade em dinheiro e metade em alimentos. O Quadro 6 aparece como segue:

4. Classe Produtiva		Classe dos Proprietários	Classe estéril
Assalariados	Empreendedores	1000 em alimentos	1500 em bens manufaturados
1000 em moedas	1000 em produtos	1000 em produtos manufaturados.	500 em alimentos
1000 em alimentos	1000 em juros dos adiantamentos anuais		
	1000 em forragens para cavalos.		

A primeira operação consiste na aquisição , por parte dos assalariados da classe produtiva, de 1000 em bens manufaturados da classe estéril. O Quadro 7 apresenta-se como segue:

Quadro 7			
5. Classe Produtiva		Classe dos Proprietários	Classe estéril
Assalariados	Empreendedores	1000 em alimentos	1000 em moedas
1000 em alimentos.	1000 em moeda	1000 em bens manufaturados.	500 em alimentos
1000 em bens manufaturados	1000 em juros dos adiantamentos anuais		500 em bens manufaturados
	1000 em forragens para cavalos.		

A produção tem continuidade na classe produtiva e os produtos pertencentes às classes que compõem o Quadro são consumidos. Os assalariados da classe produtiva consomem seus 1000 em alimentos e 1000 em bens manufaturados. Os empreendedores ou empresários utilizam seus 1000 em dinheiro para adquirir 1000 em "juros de adiantamentos primitivos", ou seja, compra de

bens de reposição e reparo de seu capital fixo, estoques, etc.; os cavalos alimentam-se da quantidade de forragem que aparece no Quadro. Os proprietários consomem seus 1000 em alimentos e 1000 em produtos manufaturados. A classe estéril consome seus 500 em alimentos e 500 em bens manufaturados. Daqui explica-se o fato de ter apresentado inicialmente a classe estéril com apenas 1000 em dinheiro (ver Quadro nº2). Quando atingir-se novamente a fase da colheita, o Quadro volta à posição inicial e o processo de circulação recomeça.

Como uma última observação, vale ressaltar que o autor desconsidera o lucro por parte dos empreendedores e coloca que os bens de subsistência destes últimos estão incluídos nos salários de 2000 pagos aos assalariados. Vale dizer, o lucro capitalista confunde-se aqui com um trabalho de organização da produção. Isto nos parece de acordo com o raciocínio fisiocrático ⁽³²⁾.

Do ponto de vista defendido neste trabalho, o modelo desenvolvido por Meek, consegue mostrar com clareza e coerência, um Quadro Econômico ampliado, onde percebe-se nitidamente o ponto de partida, o estoque de moeda, a divisão existente no interior da classe produtiva, a origem dos instrumentos de produção (capital fixo) da classe estéril, o consumo por parte dos agentes envolvidos nas três classes e por fim, o ponto de término e reinício do processo.⁽³³⁾

No nosso entendimento, o esquema mantém-se fiel aos pressupostos de Quesnay e inclui uma variável que consiste num ponto de vista sempre defendido pelos fisiocratas, qual seja, a liberdade no comércio internacional.

Comentários finais

O liberalismo econômico contido no discurso fisiocrático contém vários argumentos que tiveram repercussão em algumas medidas de política econômica de Luis XV (que nunca levou às últimas

consequências as medidas fisiocráticas); durante a gestão de Turgot⁽³⁴⁾ no ministério de Luis XVI; na Revolução Francesa de 1789 e ainda nas análises dos economistas clássicos e neoclássicos. Um dos argumentos mais comuns do liberalismo econômico já se faz presente na obra dos fisiocratas, a saber, a harmonia dos interesses individuais com o interesse geral.

Ilustrando esta concepção social que pode ser considerada agrária, naturalista e liberal, Quesnay construiu seu Quadro Econômico, onde a presença destes aspectos é nítida.

A partir do entendimento da operacionalização do Quadro Econômico, cabe destacar que quanto maior a fertilidade do solo, maior será a produtividade agrícola, maior o produto líquido e maior a renda da terra. Vale dizer, na concepção fisiocrática existe uma completa dependência da economia como um todo com relação às atividades agrícolas.

De acordo com os pontos expostos sobre a teoria fisiocrática e o Quadro Econômico de Quesnay, pode-se afirmar que os fisiocratas anteciparam a Lei de Say⁽³⁵⁾ ao colocar a demanda dos bens como decorrência de sua oferta e destacarem a utilidade do dinheiro enquanto meio de troca. Além disso, Quesnay vislumbrou a prosperidade econômica a partir da agricultura e alertou para o perigo de entesouramento ou ganhos financeiros promovidos pelo Estado que seriam extremamente nocivos para a agricultura e para a nação como um todo. Nas suas próprias palavras, têm-se:

“Que os proprietários e os que exercem as profissões lucrativas não sejam levados, por qualquer preocupação que não tivesse sido prevista pelo Governo, a entregarem-se a poupanças estéreis que subtrairiam à circulação e à distribuição, uma parte do seu rendimento ou dos seus ganhos”⁽³⁶⁾.

Mais adiante:

“Que o Estado evite os empréstimos que dão origem à formação de rendas financeiras e que ocasionam um comércio ou tráfico de moeda, por intermédio de papéis negociáveis cujo desconto aumenta cada vez mais as fortunas pecuniárias estéreis que desviam o dinheiro da agricultura, e que a privam das riquezas necessárias para o melhoramento dos bens de raiz e para o cultivo das terras”⁽³⁷⁾.

Neste ponto, cabe chamar a atenção para um

importante aspecto presente na análise de Quesnay, qual seja, as funções da moeda. Quando Quesnay expõe seu Quadro, a moeda aparece como simples meio de troca, entretanto, nas passagens anteriormente citadas percebe-se a moeda como possuidora de reserva de valor, na medida em que se vislumbra a possibilidade de poupanças estéreis.

A consideração da moeda exclusivamente como meio de troca parece proveniente da preocupação de Quesnay em não considerar (tal como os autores mercantilistas) o acúmulo de moeda como riqueza. No entanto, seu próprio sistema de economia política demonstra preocupação com a direção dos gastos, razão pela qual a circulação da moeda não pode ficar estacionada e deve dirigir-se às despesas produtivas.

Parece que Quesnay, preocupado em fazer a distinção entre riqueza e moeda, não se dá conta de incorporar mais uma função da moeda em sua análise. Embora na maioria das vezes insista em que a moeda é apenas um meio de troca.

Outro aspecto de fundamental importância é que na medida em que Quesnay ressalta as atividades agrícolas e sua função multiplicativa, relaciona exatamente a ligação existente entre a distribuição dos recursos e o nível de atividade econômica⁽³⁸⁾, um aspecto que passou a estar sempre presente na análise econômica.

Em suma, O Quadro descreve uma economia equilibrada, onde os recursos materiais e humanos estão distribuídos da maneira mais eficiente possível, a agricultura é cultivada pelos melhores métodos existentes e estas condições mantêm-se de ano para ano, gerando prosperidade econômica e bem estar social. Os eventuais desvios deste estado de coisas perturbariam o funcionamento da economia capitalista.

O Quadro Econômico pode ser considerado um modelo analítico de interdependência econômica regido pela Ordem Natural e pela Lei de Say. Além disto, foi um instrumento pioneiro que incentivou tentativas posteriores e gerou polêmicas quanto à sua interpretação e seu significado⁽³⁹⁾.

Vale lembrar que a leitura do Quadro aqui apresentada, juntamente com a interpretação de Ronald L. Meek, constitui mais uma interpretação dentre tantas outras.

Neste trabalho sustenta-se a hipótese de que o

Quadro Econômico pode ser considerado como a primeira análise exaustiva da interdependência econômica (⁴⁰) entre as diversas classes sociais que compõem o sistema capitalista e foi, sob este aspecto, o único instrumento disponível durante muitos anos até o surgimento dos esquemas de reprodução marxianos. Vale lembrar que a separação entre os dois modelos analíticos é não só temporal como também teórica, na medida em que o fundamento analítico da obra marxiana é a teoria do valor-trabalho, ao passo que em Quesnay não encontra-se tal formulação, tendo este autor desenvolvido uma teoria baseada na multiplicação de valores-de-uso.

Bibliografia

- BEER, Max. An inquiry into physiocracy. Londres, Frank Cass & Co. Ltd., 1966.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Valor e capitalismo, São Paulo, Editora Bernal, 1987.
- BIANCHI, Ana Maria. A pré-história da Economia. De Maquiavel a Adam Smith. São Paulo, Editora Hucitec, 1988.
- CANTILLON, Richard. Ensayo sobre la naturaleza del comercio en general, México, fundo de Cultura Econômica, 1950.
- DEANE, Phyllis. A evolução das idéias econômicas, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.
- DENIS, Henri. História do pensamento econômico, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- _____. A formação da ciência econômica, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- DEYON, Pierre. O mercantilismo, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.
- DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo, São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série: "Os economistas").
- _____. "Marx Capital and its place in economic thought", In: Science and Society, Vol. XXXI, nº4, Nova York, 1967, p.p. 527-540.
- _____. Studies in the development of capitalism, Londres, Routledge & Kegan Paul LTD, 1963.
- GIDE, Charles e RIST, Charles. História das doutrinas econômicas, Rio de Janeiro, Editora Abia, 1941.
- HANEY, Lewis H. History of economic thought, Nova York, McMillan company, 1925.
- HECKSCHER, Eli F. La epoca mercantilista, México, Fondo de Cultura Economica, 1943.
- HUGON, Paul. História das doutrinas econômicas, São Paulo, Editora Atlas, 1984.
- KUNTZ, Rolf. Capitalismo e natureza, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, p.p.54-56.
- LOWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen, São Paulo, Editora Busca Vida, 1988.
- MALEBRANCHE, N. De la recherche de la Verité, Paris, J. Vrin, 1967, 2 vol.
- MARX, Karl. Capítulo VI Inédito de O Capital, São Paulo, Editora Moraes, 1985.
- _____. O capital, São Paulo, DIFEL, 1982, livro I, vols. I e 2, Livro II, vol.3 e Livro III vols. 4,5 e 6.
- _____. Teorias da mais-valia, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1987, Vols. I, II, III.
- MEEK, Ronald L. Economia e ideologia, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.
- _____. The economics of physiocracy, Londres, Allen & Unwin, 1963, 2 vols.
- NAGELS, J. Genèse, contenu et prolongements de la notion de reproduction du capital selon Karl Marx, Boisguillebert, Quesnay, Leontief, Bruxelas, Universidade Livre de Bruxelas, 1970.
- NAPOLEONI, Claudio. Fisiocracia, Smith, Ricardo, Marx, Barcelona, Oikos-Tau, 1974.
- _____. O valor na ciência econômica, Lisboa Editorial Presença, 1980.
- NEWMAN, P. C. The development of economic thought, Nova York, 1952.
- PETTY, William. Tratado de impostos e contribuições, São Paulo, Nova Cultural, 1986. (Série: "Os economistas").
- _____. Verbum sapienti, São Paulo, Nova Cultural, 1986, cap. 2 (Série "Os economistas").
- QUESNAY, François. (Economia): organizador: Rolf Kuntz, São Paulo, Editora Ática, 1984.
- _____. O Quadro Econômico, Recife, Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 1978.
- _____. Quadro Econômico, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- _____. Quadro Econômico dos fisiocratas, São Paulo, Nova Cultural, 1986. (Série: "Os economistas").
- ROLL, Eric. História das doutrinas econômicas, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- RUBIN, Isaac I. A history of economic thought, Londres, Ink Links Ltd., 1979.
- _____. A teoria marxista do valor, São Paulo, Editora Polis, 1987.
- SARAIVA, Flávio M. Reprodução e interdependência econômica: um estudo sobre o Tableau Économique de François Quesnay e os esquemas de reprodução marxistas, Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC-SP, 1992.
- SCHUMPETER, Joseph A. Fundamentos do pensamento econômico, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
- _____. História da análise econômica, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura Econômica, 1964.
- SINGER, Paul. "Trabalho produtivo e excedente", In: Revista de Economia Política, vol. I, nº1, janeiro-março/1981.
- SMITH, Adam. A riqueza das nações, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- SPENGLER, Joseph e ALLEN, William R. (Orgs.). El pensamiento económico de Aristóteles a Marshall, Madrid, Editorial Tecnos, 1971.
- TAVEIROS, Alaide. O "Tableau Économique" do Dr. Quesnay: ensaio de análise metodológica, São Paulo, 1972 (Tese de doutoramento-FEA-USP).

TURGOT, A.R.J. Réflexions sur la formation et la distribution des richesses, In: TURGOT (1727-1781), Textes choisis et préface, Paris, Librairie Dalloz, 1947.

WOOG, Henri. The Tableau Economique of François Quesnay, Berna, 1950.

Notas

¹.) Embora tenham sido os primeiros a ser denominados pelo nome de economistas, com a evolução de nossa ciência e a difusão deste termo, passaram a ser lembrados definitivamente como fisiocratas, que significa etimologicamente, governo da natureza.

².) GIDE, Charles e RIST, Charles. História das doutrinas econômicas, Rio de Janeiro, Editora Abla, 1941.

Esta opinião também é compartilhada por Schumpeter em:

SCHUMPETER, Joseph A. Fundamentos do pensamento econômico, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

³.) HANEY, Lewis H. History of economic thought, Nova York, McMillan Company, 1925, p.p.159-161.

⁴.) De acordo com vários autores consultados, o mercantilismo assumiu várias formas históricas em vários países durante o período de aproximadamente 1450 até 1750. Apesar disto, pode-se encontrar vários pontos em comum nas diversas formas de mercantilismo, tais como: esforço por um balanço de comércio superavitário; conceito de riqueza baseado no acúmulo de metais preciosos e moeda; atividade econômica submetida a intensa regulamentação; protecionismo e monopólio no comércio internacional e ênfase analítica na esfera da circulação, ou seja, o aumento da riqueza se dá por ganhos oriundos do comércio.

Para uma abordagem do mercantilismo em geral e do colbertismo em particular, pode-se consultar os seguintes autores:

DEYON, Pierre. O mercantilismo, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.

HECKSCHER, Eli F. La epoca mercantilista, México, Fondo de Cultura Económica, 1943.

RUBIN, Isaac I. A history of economic thought, Londres, Ink Links Ltd., 1979, cap. 9.

⁵.) QUESNAY, F. "Arrendatários", In: QUESNAY, F. (Economia): organizador: Rolf Kuntz, São Paulo, Editora Ática, 1984, p.p.72-104.

Este texto foi o primeiro trabalho sobre Economia de François Quesnay e foi escrito para a Enciclopédia (organizada pelos iluministas) em janeiro de 1756.

⁶.) William Petty (1623-1687) é considerado um precursor no desenvolvimento da teoria do valor. De sua autoria temos a seguinte frase: "O trabalho é o pai e princípio ativo da riqueza, da mesma forma que as terras são a sua mãe".

A questão do valor é tratada nas seguintes partes de sua obra:

PETTY, William. Tratado de impostos e contribuições, São Paulo, Nova Cultural, 1986, cap. 10 (Série: "Os economistas").

_____. Verbum sapienti, São Paulo, Nova Cultural, 1986, cap. 2 (Série "Os economistas").

Richard Cantillon (1680-1734) apresenta algumas colocações sobre uma teoria do valor-trabalho onde a terra e o trabalho possuem considerável importância. Normalmente, também é associado a

uma visão pessimista do mercantilismo.

Sua principal obra é póstuma e data de 1775:

CANTILLON, Richard. Ensayo sobre la naturaleza del comércio em general, México, fundo de Cultura Económica, 1950.

⁷.) DENIS, Henri. História do pensamento econômico, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p.p. 167-168.

⁸.) Cf. COUTINHO, Maurício C. Lições de economia política clássica, São Paulo, Editora Hucitec, 1993.

⁹.) Citado por Marx em Teorias da mais-valia, São Paulo, Editora Bertrand Brasil S/A, 1987, p.36.

¹⁰.) Cf. ROLL, Eric. História das doutrinas econômicas, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, p.p. 115-125.

¹¹.) Cf. MEEK, Ronald L. The economics of physiocracy, Londres, Allen & Unwin, 1963, p.274.

¹².) Cf. LABROUSSE, E. Fluctuaciones Económicas e Historia Social, Madrid, Editorial Tecnos, 1973.

¹³.) HANEY, Lewis H. Op. cit. p.169.

¹⁴.) KUNTZ, Rolf. "François Quesnay e a fundação da economia moderna", In: QUESNAY, François. Op. cit., p.p. 19-20.

¹⁵.) QUESNAY, François. Análise da fórmula aritmética do Quadro Econômico da distribuição das despesas anuais de uma nação agrícola, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978, p.p. 239-240.

¹⁶.) Cf. GIDE, Charles e RIST, Charles. Op. cit. p.66

¹⁷.) QUESNAY, François. "Máximas gerais do governo econômico de um reino agrícola". In: QUESNAY, François. Op. cit. (1984), p. 167.

¹⁸.) Cf. SCHUMPETER, J.A. História da análise econômica, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura Económica, 1964, p. 301.

O autor denomina os fisiocratas de econometristas, por terem sido os precursores no trabalho exaustivo com números.

¹⁹.) Philosophie Rurale ou Economie Générale et Politique de L'agriculture, pour Servir de Suite a L'ami des Hommes. Amsterdam, 1766, v. I, p.p. 52-53. Citado em SMITH, Adam. Op. cit. p.273.

²⁰.) DAIRE, Eugène. Physiocrates. Quesnay, Dupont de Nemours, Mercier de la Riviere, L'abbé Baudeau, Le Trosne, avec une introduction sur la doctrine des physiocrates, des commentaires et des notices historiques. Paris, Guillaumin, 1846, LXXXVIII-1031 p.

²¹.) Cf. QUESNAY, F. O Quadro Econômico, Recife, Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 1978, Introdução do prof. José Adolfo Pereira Neves.

²².) A tradução utilizada foi:

QUESNAY, François. Análise da fórmula aritmética do Quadro Econômico da distribuição das despesas anuais de uma nação agrícola, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978, p.p. 237-251.

²³.) Esta classificação é baseada em:

KUNTZ, Rolf. Capitalismo e natureza, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, p.p.54-56.

²⁴.) Quesnay chega mesmo a especificar em detalhe a extensão física e populacional do território. Caso atente-se para seus números, perceber-se-á que possuem ampla semelhança com a França de sua época. Estas considerações encontram-se em:

QUESNAY, François. (1978). Op. cit., 240-241.

²⁵ -) Idem, p.243.

²⁶ -) Idem, p.p.249-250.

²⁷ -) Cf. KUNTZ, Rolf. Op. cit., p.p.60-63.

²⁸ -) MEEK, Ronald L. Op. cit., p.p. 281-296.

²⁹ -) O abade Nicolas de Baudeau (1730-1792) foi o primeiro representante fisiocrático que entendeu desta forma a origem dos instrumentos de produção da classe estéril. A partir do estudo de sua obra, Marx classificou este aspecto da fisiocracia como um retrocesso às idéias mercantilistas, pois incorporava uma noção de lucro que surge na alienação.

Mais modernamente, Beer entendeu da mesma maneira que Baudeau a questão da origem do capital fixo da classe estéril. Para um aprofundamento destas questões, pode-se consultar:

BAUDEAU, Nicolas. Explication du Tableau Économique à Madame de ... par M.L' Abbé Baudeau. Extrait des Éphémérides de 1767 et 1768. Paris, Delalain, 1776.

BEER, Max. An inquiry into physiocracy. Londres, Frank Cass & Co. Ltd., 1966.

MARX, Karl. Teorias da mais-valia, São Paulo, Editora Bertrand Brasil, 1987, Vol. I, p.p.372-374.

³⁰ -) Uma colocação interessante e coerente, principalmente se lembrarmos que no texto "Arrendatários", Quesnay mostra que justamente a agricultura organizada pelos melhores métodos é aquela que utiliza cavalos ao invés de bois para o cultivo.

Além disto, o próprio Quesnay incluiu os custos comerciais e de alimentação dos animais empregados no cultivo, fazendo a reprodução anual elevar-se para 6,37 bilhões.

Cf. QUESNAY, F. "Filosofia rural", In: QUESNAY, F. (1978) Op. cit., p.p. 147-217.

³¹ -) Cf. nota de rodapé n 4 das págs. 283 e 284 e a descrição do Quadro feita por Henri Denis.

³² -) Cf. MEEK, Ronald L. Op. cit., p.p.297-312.

³³ -) Cabe registrar neste ponto, uma opinião divergente da interpretação de Meek. Trata-se da análise de Jacques Nagels que afirma que a explicação de Meek, embora elegante, contradiz a hipótese de uma economia agrícola. Além disto, Quesnay não teria dado indicações para uma resolução deste tipo.

Para maiores detalhes, deve-se consultar:

NAGELS, Jacques. Genèse, contenu et prolongements de la notion de reproduction du capital selon Karl Marx. Boisguillebert, Quesnay e Leontief. Bruxelas, Universidade Livre de Bruxelas, 1970, p.96.

³⁴ -) Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781) é considerado um colaborador da escola fisiocrática, entretanto diverge destes em alguns aspectos, pois não considerava a indústria e o comércio como estéreis. Já no que diz respeito à doutrina do liberalismo econômico, pode-se afirmar que ele era um autêntico representante da fisiocracia, aproximando-se inclusive de Adam Smith.

Turgot participou de vários cargos da administração pública francesa, tendo sido nomeado controlador geral das finanças por Luis XVI, no início de seu reinado. Neste cargo, que ocupou por aproximadamente dois anos (1774-1776), Turgot procurou colocar em prática uma política econômica liberal que incluía redução da máquina administrativa governamental, reforma tributária, diminuição das obrigações dos camponeses e

desregulamentação das atividades econômicas em geral. Sua medidas provocaram a indignação dos setores diretamente prejudicados e sua situação acabou tornando-se insustentável, levando à sua substituição.

A principal obra econômica de Turgot é de 1766. Neste trabalho, utilizou-se a seguinte tradução:

TURGOT, A.R.J. Réflexions sur la formation et la distribution des richesses, In: TURGOT (1727-1781), Textes choisis et préface, Paris, Librairie Dalloz, 1947.

³⁵ -) Cf. SPENGLER, Joseph. "Los fisiocratas y l ley del mercado de Say", In: SPENGLER, Joseph e ALLEN, William R. El pensamiento economico de Aristóteles a Marshall, Madrid, editorial Tecnos, 1971, p.189.

³⁶ -) QUESNAY, F. "Extracto das "economias reais" de M. de Sully", In: QUESNAY, F. (1978). Op. cit., p.78.

³⁷ -) Idem, p.83.

³⁸ -) Cf. SPENGLER, Joseph. Op. cit. p.p.189-196.

³⁹ -) Cf. SARAIVA, Flávio M. Reprodução e interdependência econômica: um estudo sobre o Tableau Économique de François Quesnay e os esquemas de reprodução marxistas. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC-SP, 1992.

⁴⁰ -) Idem.